

# Banco Randon S.A.

**Demonstrações  
contábeis consolidadas do  
conglomerado prudencial em  
30 de junho de 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração dos resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>10</b>



KPMG Auditores Independentes  
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar  
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil  
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil  
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial**

Ao Conselho de Administração e Acionistas do  
Banco Randon S.A.  
Caxias do Sul - RS

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Randon S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen), descritos na nota explicativa 2.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, elaboradas pela administração do Banco Randon S.A., de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 - Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração e a avaliação da apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

### **Ênfase**

#### ***Base de elaboração das demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial***

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis, que divulga:

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.



**Outros assuntos**

O Banco Randon S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco do Central Brasil, sobre o qual emitimos relatórios de auditoria sem modificações, em 22 de agosto de 2016.

Porto Alegre, 09 de setembro de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/F-7

Wladimir Omiechuk  
Contador CRC RS-041241/O-2

**Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial**  
**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2016 e 2015**  
*(Em Reais)*

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>		<u>362.435.907,79</u>	<u>357.802.644,64</u>	<b>Circulante</b>		<u>181.992.736,50</u>	<u>179.232.558,62</u>
<b>Disponibilidades</b>		<u>256.544,62</u>	<u>407.406,26</u>	<b>Depósitos</b>	11	<u>1.855.826,98</u>	-
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	4	<u>19.339.598,46</u>	<u>14.714.659,68</u>	Depósitos a prazo		1.855.826,98	-
Aplicações no mercado aberto		19.339.598,46	14.714.659,68	<b>Obrigações por empréstimo</b>	12	<u>95.593.160,42</u>	<u>104.289.979,98</u>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	5	<u>57.410.631,52</u>	<u>57.560.687,56</u>	Obrigações por empréstimos e repasses		95.565.277,43	104.243.507,78
Carteira própria		22.930.990,17	23.456.081,28	Empréstimos no país		27.882,99	46.472,20
Cotas de fundos de investimento		34.479.641,35	34.104.606,28	<b>Outras obrigações</b>		<u>84.543.749,10</u>	<u>74.942.578,64</u>
<b>Relações interfinanceiras</b>		-	<u>29.240,89</u>	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		115.701,22	194.986,55
Créditos vinculados		-	28.538,85	Sociais e estatutárias		1.735.155,58	1.336.030,99
Relações com correspondentes		-	702,04	Fiscais e previdenciárias	13	5.274.634,31	4.978.028,26
<b>Operações de crédito</b>		<u>222.118.255,62</u>	<u>228.777.264,50</u>	Recursos pendentes de recebimento		51.199.209,92	48.507.132,58
Setor privado	6a	227.981.344,97	232.732.710,83	Recursos não procurados		9.141.391,83	7.424.986,34
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6b	(5.863.089,35)	(3.955.446,33)	Outras obrigações - diversas	14	17.077.656,24	12.501.413,92
<b>Outros créditos</b>		<u>62.864.904,84</u>	<u>56.084.786,79</u>	<b>Exigível a longo prazo</b>		<u>227.403.373,96</u>	<u>285.076.909,30</u>
Rendas a receber	8	1.205,76	41.033,38	<b>Depósitos</b>	11	<u>26.929.378,07</u>	<u>21.446.021,77</u>
Recursos pendentes de recebimento		51.199.209,92	48.507.132,58	Depósitos a prazo		26.929.378,07	21.446.021,77
Outros créditos diversos	8	11.664.489,16	7.852.156,81	<b>Obrigações por empréstimo</b>	12	<u>119.657.988,29</u>	<u>192.814.340,73</u>
(-) Provisão com outros créditos	8	-	(315.535,98)	Empréstimos no país - instituições oficiais		119.657.988,29	192.814.340,73
<b>Outros valores e bens</b>		<u>445.972,73</u>	<u>228.598,96</u>	<b>Outras obrigações</b>		<u>80.816.007,60</u>	<u>70.816.546,80</u>
Bens não de uso próprio		70.000,00	-	Outras obrigações - diversas	14	80.606.007,60	70.651.546,80
Despesas antecipadas		375.972,73	228.598,96	Provisão para contingências		210.000,00	165.000,00
<b>Realizável a longo prazo</b>		<u>189.360.618,45</u>	<u>249.793.138,32</u>	<b>Resultado de exercícios futuros</b>		<u>891.030,96</u>	<u>885.840,44</u>
<b>Operações de crédito</b>		<u>135.184.402,08</u>	<u>201.528.394,29</u>	Resultado de exercícios futuros	16	891.030,96	885.840,44
Setor privado	6a	137.823.317,44	204.435.632,04	<b>Participação de não controladores</b>		<u>62.480.362,28</u>	<u>61.659.649,12</u>
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6b	(2.638.915,36)	(2.907.237,75)	<b>Patrimônio líquido</b>		<u>80.439.832,03</u>	<u>82.505.583,21</u>
<b>Outros créditos</b>		<u>53.746.769,14</u>	<u>47.648.837,02</u>	Capital social			
Outros créditos diversos	8	12.544.764,33	9.384.902,53	De domiciliados no país	17a	75.000.000,00	75.000.000,00
Pagamentos a ressarcir	9	62.633.346,79	51.856.867,45	Reservas de lucros		1.866.847,33	4.658.771,27
(-) Provisão com pagamentos a ressarcir	9	(21.431.341,98)	(13.592.932,96)	Ajustes de avaliação patrimonial		1.045,00	3.121,20
<b>Outros valores e bens</b>		<u>429.447,23</u>	<u>615.907,01</u>	Lucros acumulados		3.571.939,70	2.843.690,74
Despesas antecipadas		376.428,09	526.994,49				
Outros valores e bens		53.019,14	88.912,52				
<b>Permanente</b>		<u>1.410.809,49</u>	<u>1.764.757,73</u>				
<b>Investimentos</b>		<u>4.505,50</u>	<u>34.014,55</u>				
<b>Imobilizado de uso</b>	10	<u>677.746,43</u>	<u>742.388,03</u>				
Imobilizado de uso		2.359.481,12	2.218.662,66				
(-) Depreciações acumuladas		(1.681.734,69)	(1.476.274,63)				
<b>Intangível</b>	10	<u>728.557,56</u>	<u>988.355,15</u>				
Intangível		5.444.076,93	5.405.460,39				
Amortizações acumuladas		(4.715.519,37)	(4.417.105,24)				
<b>Total do ativo</b>		<u><u>553.207.335,73</u></u>	<u><u>609.360.540,69</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>553.207.335,73</u></u>	<u><u>609.360.540,69</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial**  
**Demonstrações dos resultados**  
**Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015**  
*(Em Reais)*

	Nota	2016	2015
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<u>27.094.510,06</u>	<u>23.781.355,45</u>
Operações de crédito		22.410.074,98	19.902.006,36
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.684.435,08	3.879.349,09
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<u>(12.569.883,53)</u>	<u>(11.926.705,97)</u>
Operações de captação no mercado		(5.997.645,71)	(5.179.979,79)
Operações de empréstimos e repasses		(4.286.117,68)	(3.589.671,96)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.286.120,14)	(3.157.054,22)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<u>14.524.626,53</u>	<u>11.854.649,48</u>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>		<u>7.634.649,11</u>	<u>6.877.484,00</u>
Receitas de prestação de serviços		59.096.512,09	52.265.803,35
Rendas de tarifas bancárias		185.675,50	416.944,53
Despesas de pessoal		(8.906.661,35)	(8.931.901,27)
Outras despesas administrativas	20	(33.210.066,06)	(30.358.725,19)
Despesas tributárias		(7.668.098,88)	(6.675.648,05)
Outras receitas operacionais	21	2.405.735,31	1.595.440,94
Outras despesas operacionais	21	(4.268.447,50)	(1.434.430,31)
<b>Resultado operacional</b>		<u>22.159.275,64</u>	<u>18.732.133,48</u>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	18	<u>22.159.275,64</u>	<u>18.732.133,48</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	18	<u>(8.246.255,08)</u>	<u>(6.568.100,37)</u>
Provisão para imposto de renda		(6.114.259,98)	(5.259.663,27)
Provisão para contribuição social		(3.104.079,41)	(2.421.995,14)
Ativo fiscal diferido		972.084,31	1.113.558,04
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<u>13.913.020,56</u>	<u>12.164.033,11</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Reserva de lucros					Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Legal	Reserva geral de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Total			
<b>Saldos em 1.º de janeiro de 2015</b>	<u>75.000.000,00</u>	<u>410.388,14</u>	<u>5.760.607,08</u>	<u>3.121,20</u>	-	<u>81.174.116,42</u>	<u>52.339.306,75</u>	<u>133.513.423,17</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	2.843.690,74	2.843.690,74	9.320.342,37	12.164.033,11
Dividendos complementares AGO 15/04/2015	-	-	(1.512.223,95)	-	-	(1.512.223,95)	-	(1.512.223,95)
Destinação:								
Reserva legal	-	142.184,54	-	-	(142.184,54)	-	-	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2015</b>	<u>75.000.000,00</u>	<u>552.572,68</u>	<u>4.248.383,13</u>	<u>3.121,20</u>	<u>2.701.506,20</u>	<u>82.505.583,21</u>	<u>61.659.649,12</u>	<u>144.165.232,33</u>
<i>Mutações do semestre</i>	<u>-</u>	<u>142.184,54</u>	<u>(1.512.223,95)</u>	<u>-</u>	<u>2.701.506,20</u>	<u>1.331.466,79</u>	<u>9.320.342,37</u>	<u>10.651.809,16</u>
<b>Saldos em 1.º de janeiro de 2016</b>	<u>75.000.000,00</u>	<u>736.392,10</u>	<u>8.893.939,58</u>	<u>1.045,00</u>	-	<u>84.631.376,68</u>	<u>52.327.278,25</u>	<u>136.958.654,93</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	3.759.936,53	3.759.936,53	10.153.084,03	13.913.020,56
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos AGOE 26/04/2016	-	-	(7.951.481,18)	-	-	(7.951.481,18)	-	(7.951.481,18)
Destinação:								
Reserva legal	-	187.996,83	-	-	(187.996,83)	-	-	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>	<u>75.000.000,00</u>	<u>924.388,93</u>	<u>942.458,40</u>	<u>1.045,00</u>	<u>3.571.939,70</u>	<u>80.439.832,03</u>	<u>62.480.362,28</u>	<u>142.920.194,31</u>
<i>Mutações do semestre</i>	<u>-</u>	<u>187.996,83</u>	<u>(7.951.481,18)</u>	<u>-</u>	<u>3.571.939,70</u>	<u>(4.191.544,65)</u>	<u>10.153.084,03</u>	<u>5.961.539,38</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto**  
**Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015**  
*(Em Reais)*

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do semestre</b>	13.913.020,56	12.164.033,11
Ajustes ao resultado:		
Constituição de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	2.306.120,14	3.157.054,22
Constituição de provisão para contingências	-	20.000,00
Depreciações e amortizações	240.316,35	291.887,82
Reversões (Perdas) com comissões	(721.571,43)	(748.482,12)
(Reversões) Perdas com empréstimos	3.700.779,75	1.200.000,00
(Reversões) Perdas com investimentos	100.617,44	69.402,20
Outras provisões operacionais	(418.025,12)	216.195,96
Custo dos ativos baixados	30.463,20	1.881,44
Despesa de imposto de renda e contribuição social	8.246.255,08	3.548.839,14
Juros sobre dívida subordinada	<u>5.075.722,80</u>	<u>3.945.725,40</u>
<b>Lucro líquido do semestre ajustado</b>	<u>32.473.698,77</u>	<u>23.866.537,17</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	(7.129.807,58)	(3.234.349,99)
Redução em títulos e valores mobiliários	2.545.165,69	1.087.953,36
(Aumento) em relações interfinanceiras	-	(702,04)
Redução em operações de crédito	43.756.403,52	24.067.424,54
(Aumento) em outros créditos	(18.345.186,83)	(1.913.405,21)
(Aumento) em outros valores e bens	(85.219,26)	(51.690,09)
(Redução)/Aumento depósitos a prazo	10.780.885,35	(10.388.553,47)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(53.300.545,72)	(17.724.781,68)
Aumento em outras obrigações	7.654.981,59	1.584.172,72
(Redução)/Aumento em resultados de exercícios futuros	(136.291,92)	105.231,88
Impostos pagos sobre o lucro	(10.701.228,34)	(8.757.147,39)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>14.642.662,85</u>	<u>11.875.039,79</u>
Alienação de imobilizado de uso	-	2.639,73
Aquisição de imobilizado de uso	(73.374,10)	(56.920,51)
Aquisição de intangível	<u>-</u>	<u>(10.598,83)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<u>(73.374,10)</u>	<u>(64.879,61)</u>
Dividendos pagos	<u>(25.886.567,32)</u>	<u>(17.482.075,37)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	<u>(25.886.567,32)</u>	<u>(17.482.075,37)</u>
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(11.317.278,57)</u>	<u>(5.671.915,19)</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do semestre	30.913.421,65	20.793.981,13
No fim do semestre	<u>19.596.143,08</u>	<u>15.122.065,94</u>
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(11.317.278,57)</u>	<u>(5.671.915,19)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis**

*(Em Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Banco Randon S.A. ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010.

O Banco estava autorizado até 04 de fevereiro de 2016 a operar com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. Em 05 de fevereiro de 2016 recebeu aprovação do Banco Central do Brasil referente o cancelamento da carteira comercial e a partir de 01 de março de 2016 incluiu em suas operações a carteira de investimento. Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon no tocante a repasses de crédito BNDES-FINAME, crédito ao consumidor (CDC), financiamentos e empréstimos de capital de giro.

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.280/2013, essas empresas estão consolidando suas demonstrações contábeis para fins de apresentação do Conglomerado Prudencial.

### **2 Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado Prudencial, o Banco como entidade controladora consolidou suas demonstrações contábeis com as da Randon Administradora de Consórcio, somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando-se políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do semestre findo em 30 de junho de 2016 foram aprovadas pela Diretoria em reunião realizada em 26 de agosto de 2016.

### **3 Resumo das principais práticas contábeis**

#### **a. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional das Instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

**b. Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita na Administradora por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da 1993. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

**c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

**d. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**e. Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

**f. Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos

devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização (“*accrual*”) das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo (“*write-offs*”) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

**g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo Bacen nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer e reclassificação da operação para categoria de menor risco.

**h. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo**

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “*pro rata*” dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

**i. Investimentos**

Os investimentos são avaliados pelo custo, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.

**j. Imobilizado de uso**

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

**k. Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de *software*, sistema de processamento de dados e sistema de comunicação) que tem por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção.

Está demonstrado aos valores de custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 20% a.a., pelo método linear.

**l. Redução ao valor recuperável de ativo**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**m. Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

**n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A provisão é reconhecida para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

- **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutivo é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

**o. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “*pro rata dia*”) e incorridos, assim como, provisão para perda, quando julgada necessária.

**p. Créditos tributários, impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Circular BACEN nº 3.171/2002, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, conforme demonstrado na Nota 18 está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em junho de 2016.

**q. Resultado de exercícios futuros**

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos.

**r. Resultado por ação**

O lucro líquido por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

É obtido através da divisão do lucro líquido do exercício pelo número de quotas na data base das demonstrações contábeis.

**s. Estimativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. As informações financeiras da Administradora incluem o valor residual do ativo imobilizado, imposto de renda diferido ativo, provisão para perda a valor de mercado de imóveis destinados a venda, provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa e provisão para perda em aplicações em cotas de consórcios. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

**t. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários**

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadores de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida (Nota 24) com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefício a Empregados.

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.

**u. Outros benefícios a empregados**

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota 24). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício por ocorrência de uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

## 4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Operações compromissadas	2016	2015
Até 30 dias		
Posição Bancada		
Letras do Tesouro Nacional	<u>19.339.598,46</u>	<u>14.714.659,68</u>
	<b>19.339.598,46</b>	<b>14.714.659,68</b>

## 5 Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação	2016				2015		
	Sem vencimento	A vencer até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	Valores de mercado (contábil)	Valor de custo	Marcação a mercado	Valor de mercado (contábil)
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	-	22.930.990,17	22.930.990,17	22.948.083,26	(17.093,09)	23.456.081,28
Fundos de investimento	7.900.617,65	-	-	7.900.617,65	7.900.617,65	7.900.617,65	4.852.496,01
Certificado de depósito bancário (CDB Pós fixado)	-	10.006.008,39	-	10.006.008,39	10.006.008,39	10.006.008,39	9.302.283,67
Debêntures compromissadas	-	<u>16.573.015,31</u>	-	<u>16.573.015,31</u>	<u>16.573.015,31</u>	<u>16.573.015,31</u>	<u>19.949.826,60</u>
	<u>7.900.617,65</u>	<u>26.579.023,70</u>	<u>22.930.990,17</u>	<u>57.410.631,52</u>	<u>57.427.724,61</u>	<u>34.462.548,26</u>	<u>57.560.687,56</u>

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos investimentos em debêntures compromissadas é correspondente aos preços dos ativos divulgados por fontes externas como o site debentures.com. O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP - Mercados Organizados. As aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

## 6 Operações de crédito

As informações da carteira em 30 de junho de 2016 e 2015 são assim sumarizadas:

### a. Composição da carteira por modalidade

	2016		2015	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Empréstimos (a)	29.218.448,43	7,98	22.736.831,02	5,20
Títulos descontados	9.384.445,31	2,57	7.045.100,39	1,61
Financiamentos (b)	<u>327.201.768,67</u>	<u>89,45</u>	<u>407.386.411,46</u>	<u>93,19</u>
Total	<u>365.804.662,41</u>	<u>100,00</u>	<u>437.168.342,87</u>	<u>100,00</u>
Circulante	227.981.344,97	62,32	232.732.710,83	53,24
Realizável a longo prazo	<u>137.823.317,44</u>	<u>37,68</u>	<u>204.435.632,04</u>	<u>46,76</u>
Total	<u>365.804.662,41</u>	<u>100,00</u>	<u>437.168.342,87</u>	<u>100,00</u>

(a) Composto por operações de empréstimo capital de giro.

(b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Compror (Floor Plan).

**b. Diversificação da carteira por vencimento**

	2016		2015	
	R\$	%	R\$	%
Vencidos:	<b>8.847.080,00</b>	2,42	6.403.681,61	1,46
A vencer:				
Até 90 dias	<b>123.270.269,21</b>	33,70	130.246.572,52	29,80
De 91 até 360 dias	<b>95.863.995,76</b>	26,21	96.082.456,70	21,98
Acima de 361 dias	<b>137.823.317,44</b>	37,67	204.435.632,04	46,76
Total	<b>356.957.582,41</b>	97,58	430.764.661,26	98,54
Total	<b>365.804.662,41</b>	100,00	437.168.342,87	100,00
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - circulante	<b>(5.863.089,35)</b>	68,96	(3.955.446,33)	57,64
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - realizável a longo prazo	<b>(2.638.915,36)</b>	31,04	(2.907.237,75)	42,36
Total provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>(8.502.004,71)</b>	100,00	(6.862.684,08)	100,00
Total da carteira líquida	<b>357.302.657,70</b>		430.305.658,79	

**c. Diversificação da carteira por nível de concentração**

	2016		2015	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	<b>9.075.203,26</b>	<b>2,48</b>	10.566.017,87	2,42
20 maiores devedores seguintes	<b>102.218.049,66</b>	<b>27,94</b>	106.716.835,83	24,41
Demais devedores	<b>254.511.409,49</b>	<b>69,58</b>	319.885.489,17	73,17
Total	<b>365.804.662,41</b>	<b>100,00</b>	437.168.342,87	100,00

**d. Composição da carteira por nível de risco**

Nível de risco	Percentual de provisão	2016		2015	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	<b>9.704.745,31</b>	-	17.340.419,62	-
A	0,50%	<b>257.318.543,88</b>	<b>1.286.593,15</b>	320.288.439,94	1.601.441,88
B	1,00%	<b>44.593.223,78</b>	<b>445.932,37</b>	60.997.469,98	609.974,84
C	3,00%	<b>34.357.218,27</b>	<b>1.030.716,54</b>	29.624.248,01	888.727,47
D	10,00%	<b>8.973.408,86</b>	<b>897.340,93</b>	683.388,46	68.338,85
E	30,00%	<b>8.445.013,97</b>	<b>2.533.504,21</b>	6.437.360,85	1.931.208,25
F	50,00%	<b>95.316,32</b>	<b>47.658,17</b>	49.503,20	24.751,60
G	70,00%	<b>189.775,60</b>	<b>132.842,92</b>	30.905,43	21.633,81
H	100,00%	<b>2.127.416,42</b>	<b>2.127.416,42</b>	1.716.607,38	1.716.607,38
Total		<b>365.804.662,41</b>	<b>8.502.004,71</b>	437.168.342,87	6.862.684,08

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Saldo inicial	<b>7.839.839,80</b>	5.507.542,54
Constituição de provisão	<b>5.758.839,22</b>	7.627.997,79
Reversão de provisão	<b>(3.452.719,08)</b>	(4.551.269,25)
Créditos baixados contra prejuízo (a)	<b>(1.643.955,23)</b>	(1.721.587,00)
<b>Saldo final</b>	<b><u>8.502.004,71</u></b>	<u>6.862.684,08</u>

(a) Os créditos baixados contra prejuízo obedecem as práticas contábeis descritas na nota 3.f.

**e. Composição da carteira de operações de crédito por indexador**

	2016		2015	
	R\$	%	R\$	%
Operações pré-fixadas	<b>332.619.119,87</b>	<b>90,93</b>	400.891.975,62	91,70
Operações pós-fixadas	<b><u>33.185.542,54</u></b>	<b><u>9,07</u></b>	<u>36.276.367,25</u>	<u>8,30</u>
<b>Total</b>	<b><u>365.804.662,41</u></b>	<b><u>100,00</u></b>	<u>437.168.342,87</u>	<u>100,00</u>

**f. Composição da carteira de operações de crédito por atividade econômica e tipo de cliente**

	2016		2015	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	<b>24.543.766,51</b>	<b>6,71</b>	27.081.778,80	6,19
Comércio	<b>108.261.852,99</b>	<b>29,60</b>	98.416.417,79	22,51
Serviços	<b><u>231.596.177,83</u></b>	<b><u>63,31</u></b>	<u>309.782.550,24</u>	<u>70,87</u>
Pessoa jurídica	<b>364.401.797,33</b>	<b>99,62</b>	435.280.746,83	99,57
Pessoa física	<b><u>1.402.865,08</u></b>	<b><u>0,38</u></b>	<u>1.887.596,04</u>	<u>0,43</u>
<b>Total</b>	<b><u>365.804.662,41</u></b>	<b><u>100,00</u></b>	<u>437.168.342,87</u>	<u>100,00</u>

**g.** Em 30 de junho de 2016 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$ 19.230,01. Em 2015 não houveram recuperações.

**h.** No semestre findo em 30 de junho de 2016 foram renegociadas operações no total de R\$ 17.812.195,53 (R\$ 21.900.090,61 em 2015).

**7 Recursos pendentes de recebimento - Randon Administradora de Consórcios**

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes de encerramentos dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular BACEN nº 3.432/2009, sendo que, as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de recursos pendentes de recebimento no passivo.

## 8 Outros créditos

	2016	2015
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 18)	<b>15.719.787,02</b>	11.264.495,60
Adiantamentos diversos (a)	<b>353.143,50</b>	350.651,95
Devedores diversos(b)	<b>4.710.756,00</b>	4.911.380,45
Devedores por compra de valores e bens (c)	-	81.002,08
Direitos por adiantamentos a terceiros (d)	<b>3.406.364,72</b>	443.428,35
Depósitos judiciais	<b>19.202,25</b>	19.202,25
Impostos a compensar	-	164.875,66
Provisão para devedores por compra de valores e bens (c)	-	(81.002,08)
Provisão para perda de devedores diversos	-	(234.533,90)
Rendas a receber	<b>1.205,76</b>	41.033,38
Ativos atuariais	-	2.023,00
<b>Total</b>	<b><u>24.210.459,25</u></b>	<u>16.962.556,74</u>
<b>(-) Circulante</b>	<b><u>(11.665.694,92)</u></b>	<u>(7.577.654,21)</u>
<b>Total realizável a longo prazo</b>	<b><u>12.544.764,33</u></b>	<u>9.384.902,53</u>

- (a) O valor de adiantamentos diversos refere-se a adiantamento e antecipações salariais; adiantamento de viagens e adiantamento a fornecedores;
- (b) Os valores de devedores diversos referem-se a valores a receber do Banco Itaú referentes à cobrança de parcelas efetuadas no último dia do mês de junho, repassados ao Banco em D+1, a adiantamentos de viagens, comissões e taxa de não localizados.
- (c) Referem-se a valores a receber pela venda parcelada de cotas de consórcio contempladas do segmento imóveis de propriedade da própria Administradora e valores a receber pelo repasse de participação societária. A Administradora constitui provisão para perda em títulos e créditos a receber de acordo com os critérios estabelecidos pela Administradora, tendo como base a classificação das operações em níveis de risco, de acordo com sua inadimplência.
- (d) Referem-se a adiantamentos concedidos a fornecedores, relativos a recursos antecipados de grupos de consórcios, efetuados de acordo com a Carta-Circular BACEN nº 3.047/2002, sendo que as respectivas antecipações estão registradas na conta de obrigações por adiantamentos de terceiros. O valor também é apresentado na nota explicativa nº 14 d (Outras obrigações diversas).

## 9 Pagamentos a ressarcir - Randon Administradora de Consórcios

Estão assim representados:

	2016	2015
Empréstimos a grupos encerrados (a)	<b>32.043.787,78</b>	26.327.130,30
Cotas adquiridas de grupos em andamento (b)	<b>30.589.559,01</b>	25.529.737,15
<b>Total</b>	<b><u>62.633.346,79</u></b>	<u>51.856.867,45</u>
<b>(-) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados (a)</b>	<b><u>(21.431.341,98)</u></b>	<u>(13.592.932,96)</u>
<b>Total</b>	<b><u>41.202.004,81</u></b>	<u>38.263.934,49</u>

### a. Empréstimos a grupos e provisão para perdas com empréstimos a grupos encerrados

Referem-se a empréstimos realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora e a respectiva provisão de perdas constituída pela Administradora conforme a avaliação da realização destes empréstimos através da análise da situação financeira dos grupos que tomadores.

**b. Cotas de consórcio**

Referem-se a cotas de consórcio dos grupos de imóveis e outros bens, administrados pela própria Administradora. Em 30 de junho de 2016 e 2015 os saldos em aberto estavam compostos por investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

Segmento (bem)	2016	2015
Bens Imóveis	<b>10.419.117,05</b>	10.620.323,58
Bens Móveis	<b>20.170.441,96</b>	14.909.413,57
Total	<b>30.589.559,01</b>	25.529.737,15

Os valores referem-se a investimentos em grupos de imóveis e em grupos de bens móveis, sendo eles automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus.

Em atendimento a Lei nº 11.795, de 08 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios por ela administrados são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

## 10 Imobilizado de uso e intangível

	2016			2015	
	Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais médias de depreciação %
<b>Imobilizado de uso</b>					
Móveis e utensílios e instalações	915.540,95	(674.036,42)	241.504,53	278.879,20	8,6 a 10
Equipamentos de informática	1.169.122,07	(883.489,38)	285.632,69	261.890,30	15,1 a 20
Sistemas de transporte	235.300,00	(104.297,65)	131.002,35	178.061,99	10 a 20
Outras imobilizações	39.518,10	(19.911,24)	19.606,86	23.556,54	10 a 20
Total	2.359.481,12	(1.681.734,69)	677.746,43	742.388,03	
<b>Intangível</b>					
Sistemas de processamento de dados	5.139.969,88	(4.491.511,18)	648.458,70	879.860,93	15,3
Sistema de comunicação	10.776,59	-	10.776,59	10.776,59	-
Software e licença de uso	293.330,46	(224.008,19)	69.322,27	97.717,63	20
Total	5.444.076,93	(4.715.519,37)	728.557,56	988.355,15	
<b>Total imobilizado de uso e intangível</b>	<b>7.803.558,05</b>	<b>(6.397.254,06)</b>	<b>1.406.303,99</b>	<b>1.730.743,18</b>	

## 11 Depósitos

Em 30 de junho de 2016 e 2015 os depósitos a prazo estavam sendo remunerados à taxas que variam de 35% a 99% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

2016							
	Circulante	Exigível a longo prazo				Total	Total
	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses			
Depósitos a prazo	<u>1.855.826,98</u>	<u>24.250.522,36</u>	<u>2.101.707,55</u>	<u>577.148,16</u>	<u>26.929.378,07</u>	<u>28.785.205,05</u>	
Total	<u>1.855.826,98</u>	<u>24.250.522,36</u>	<u>2.101.707,55</u>	<u>577.148,16</u>	<u>26.929.378,07</u>	<u>28.785.205,05</u>	
2015							
	Exigível a longo prazo				Total	Total	
	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses				
Depósitos a prazo		<u>1.520.532,15</u>	<u>3.495.277,99</u>	<u>16.430.211,63</u>	<u>21.446.021,77</u>		
Total		<u>1.520.532,15</u>	<u>3.495.277,99</u>	<u>16.430.211,63</u>	<u>21.446.021,77</u>		

## 12 Obrigações por empréstimos e repasses

2016					
	Circulante			Exigível a longo prazo	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total	Acima de 12 meses	Total
Repasses no país - Finame	<u>25.818.923,05</u>	<u>69.746.354,38</u>	<u>95.565.277,43</u>	<u>119.657.988,29</u>	<u>215.223.265,72</u>
Empréstimos no país - Leasing	<u>9.294,28</u>	<u>18.588,71</u>	<u>27.882,99</u>	<u>-</u>	<u>27.882,99</u>
Total	<u>25.828.217,33</u>	<u>69.764.943,09</u>	<u>95.593.160,42</u>	<u>119.657.988,29</u>	<u>215.251.148,71</u>
2015					
	Circulante			Exigível a longo prazo	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total	Acima de 12 meses	Total
Repasses no país - Finame	<u>26.563.931,95</u>	<u>77.679.575,83</u>	<u>104.243.507,78</u>	<u>192.814.340,73</u>	<u>297.057.848,51</u>
Empréstimos no país - Leasing	<u>9.294,44</u>	<u>37.177,76</u>	<u>46.472,20</u>	<u>-</u>	<u>46.472,20</u>
Total	<u>26.573.226,39</u>	<u>77.716.753,59</u>	<u>104.289.979,98</u>	<u>192.814.340,73</u>	<u>297.104.320,71</u>

Os recursos internos para repasses no país representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2021. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse.

### 13 Fiscais e previdenciárias

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	<b>3.062.604,81</b>	2.844.355,83
Impostos e contribuições a recolher	<b>2.212.029,50</b>	2.133.491,63
Provisão para impostos e contribuições diferidos	<u>-</u>	<u>180,80</u>
<b>Total</b>	<b><u>5.274.634,31</u></b>	<b><u>4.978.028,26</u></b>

### 14 Outras Obrigações - diversas

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Circulante</b>		
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	<b>2.510.596,12</b>	2.794.865,96
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	<b>50.000,00</b>	-
Credores diversos - país	<b>206.614,05</b>	323.508,10
Saldo remanescente de grupos a pagar (b)	<b>6.121.119,90</b>	4.351.685,54
Provisões diversas (c)	<b>4.097.589,51</b>	4.096.335,57
Fornecedores	<b>360.323,50</b>	262.494,83
Obrigações por adiantamentos a terceiros (d)	<b>3.406.364,72</b>	443.428,35
Outros débitos	<b><u>325.048,44</u></b>	<u>229.095,57</u>
<b>Total circulante</b>	<b><u>17.077.656,24</u></b>	<b><u>12.501.413,92</u></b>
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Dívida subordinada elegível a capital (e) (Nota 22)	<b><u>80.606.007,60</u></b>	<u>70.651.546,80</u>
<b>Total exigível a longo prazo</b>	<b><u>80.606.007,60</u></b>	<b><u>70.651.546,80</u></b>
	<b><u>97.683.663,84</u></b>	<b><u>83.152.960,72</u></b>

- (a) O valor de provisão para pagamentos a efetuar refere-se a despesas de pessoal, provisões de encargos e outras despesas administrativas a pagar; salários, provisões de férias, 13.º salário e dissídio.
- (b) Referem-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.
- (c) Referem-se a provisão para comissões e outros gastos.
- (d) Referem-se a adiantamentos recebidos de grupos de consórcio que foram concomitantemente repassados na forma de adiantamentos concedidos a fornecedores, conforme mencionado na nota explicativa nº 8 d.
- (e) Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13 o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto a Randon S.A. Implementos e Participações, controladora do Grupo Randon. A captação de recursos no valor de R\$ 60.000.000,00, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possui remuneração mensal de 100% do CDI, pagos semestralmente a partir de 09 de julho de 2019.

## 15 Provisão para contingências

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são partes em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e outros assuntos.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, é constituída a provisão para contingência tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

Em 30 de junho de 2016 as ações judiciais com perda provável e possível atualizadas montam os valores de:

	2016		2015	
	Provável	Possível	Provável	Possível
<b>Natureza</b>				
Trabalhista (*)	210.000,00	272.000,00	145.000,00	92.000,00
Tributário	-	60.396,00	-	49.267,00
Cível	50.000,00	1.000,00	20.000,00	1.000,00
<b>Total</b>	<b>260.000,00</b>	<b>333.396,00</b>	<b>165.000,00</b>	<b>142.267,00</b>

(\*) A Administradora de Consórcio figura como parte envolvida em outros processos judiciais de natureza trabalhista com probabilidade de perda possível para as quais de acordo com seus assessores, há possibilidade de que a Administradora seja desvinculada destes processos, não mais figurando como requerida dos mesmos.

### Movimentação da provisão para passivos contingentes

	2016	2015
Saldo inicial	215.000,00	129.000,00
Constituição (reversão) de provisão	45.000,00	36.000,00
<b>Saldo final</b>	<b>260.000,00</b>	<b>165.000,00</b>

## 16 Resultado de exercícios futuros

	2016	2015
Comissão por financiamento	891.030,96	885.840,44
<b>Total</b>	<b>891.030,96</b>	<b>885.840,44</b>

As comissões por financiamento representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras empresas do Grupo. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticados pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada na modalidade de financiamento de Vender e Comprar (*Floor Plan*), conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as empresas do Grupo Randon.

## 17 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social é de R\$ 75.000.000,00, representado por 39.823.221 ações ordinárias e 39.823.221 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, em 30 de junho de 2016 e 2015.

### b. Dividendos

As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado nos Termos da Lei das Sociedades Anônimas de cada período. O dividendo será pago dentro do exercício em que for declarado quando houver lucros passíveis de distribuição.

Em 05 de maio de 2016, foram pagos dividendos, aprovados em Assembléia geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2016, relativos à data-base 31 de dezembro de 2015 e dividendos suplementares.

No semestre foram pagos dividendos conforme demonstrado a seguir:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Saldo no início do semestre	1.548.518,82	1.512.223,95
Dividendos complementares provisionados	4.645.556,45	1.512.223,95
Dividendos suplementares provisionados	3.305.924,73	-
Pagamentos realizados no semestre	<u>(9.500.000,00)</u>	<u>(3.024.447,90)</u>
Saldo atual, em 30 de junho	<u>-</u>	<u>-</u>

### c. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. No ano de 2015 houve a constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro líquido. Conforme regulamentado na Circular n.º 1273 de 29 de dezembro de 1987 do BACEN, foi constituída reserva legal para a data-base 30 de junho de 2016.

### d. Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e a manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

## 18 Imposto de renda e contribuição social

### a. Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% no Banco e 9% na Administradora, e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240.000,00 no ano (R\$ 120.000,00 no semestre).

**Banco Randon S.A.**  
*Demonstrações contábeis consolidadas  
do conglomerado prudencial  
em 30 de junho de 2016*

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<b>22.159.275,64</b>	18.732.133,48
Encargos (IR e CS) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente (Banco - 2016)	<b>(3.110.590,64)</b>	-
Encargos (IR e CS) à alíquota nominal de 25% e 15%, respectivamente (Banco - 2015)	-	(1.836.491,40)
Encargos (IR e CS) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente (Administradora)	<b>(5.183.929,68)</b>	(4.807.907,67)
Adições permanentes	<b>(116.463,66)</b>	(147.254,18)
Exclusões permanentes	<b>235.585,80</b>	188.218,65
Outros ajustes	<b>(70.856,90)</b>	35.334,23
<b>Total</b>	<b><u>(8.246.255,08)</u></b>	<b><u>(6.568.100,37)</u></b>
IRPJ e CSLL correntes	<b>(9.218.644,04)</b>	(7.681.658,41)
IRPJ e CSLL diferidos	<b>972.388,96</b>	1.113.558,04
<b>IRPJ e CSLL registrados no resultado</b>	<b>(8.246.255,08)</b>	(6.568.100,37)
Alíquota efetiva	<b>37,21%</b>	35,06%

**b. Movimentação dos créditos tributários**

A movimentação dos créditos tributários no período é como segue:

	Saldo em 01/01/2015	Constituições	Reversões	Saldo em 30/06/2015
<b>Adições temporárias</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.345.840,71	3.771.964,19	(2.639.218,26)	3.478.586,64
Rendas Diferidas	312.243,42	2.305.321,77	(2.263.229,02)	354.336,17
Participações dos funcionários no resultado (PLR)	-	87.724,94	-	87.724,94
Provisão para perda de outros valores e bens	8.789,17	-	-	8.789,17
Provisão para perda de outros créditos	29.821,33	-	(2.280,62)	27.540,71
Provisão para perda de pagamentos a ressarcir	4.210.197,21	411.613,32	(213,32)	4.621.597,21
Provisão para pagamento de devedores diversos	891.099,47	23.596,75	-	914.696,22
Provisão para comissões	1.640.201,12	4.594.360,87	(4.848.844,79)	1.385.717,20
Provisão para contingências	43.860,00	13.440,00	-	57.300,00
Outros	669.044,92	455.851,09	(796.688,67)	328.207,34
	<b><u>10.151.097,35</u></b>	<b><u>11.663.872,93</u></b>	<b><u>(10.550.474,68)</u></b>	<b><u>11.264.495,60</u></b>

	Saldo em 01/01/2016	Constituições	Reversões	Saldo em 30/06/2016
<b>Adições temporárias</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.923.681,77	3.218.755,27	(3.104.364,14)	5.038.072,90
Rendas diferidas	462.295,30	2.830.817,13	(2.892.148,50)	400.963,93
Participações dos funcionários no resultado (PLR)	-	125.183,56	-	125.183,56
Marcação a mercado	-	8.987,89	(2.144,14)	6.843,75
Provisão para perda de pagamentos a ressarcir	6.028.391,16	1.258.265,12	-	7.286.656,27
Provisão para pagamento de devedores diversos	881.939,38	35.209,93	-	917.149,31
Provisão para comissões	1.535.200,64	7.023.924,92	(7.269.259,21)	1.289.866,35
Provisão para contingências	79.600,00	14.300,00	-	93.900,00
Outros	836.594,47	675.303,01	(950.746,53)	561.150,95
	<b><u>14.747.702,72</u></b>	<b><u>15.190.746,82</u></b>	<b><u>(14.218.662,52)</u></b>	<b><u>15.719.787,02</u></b>

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano de realização	2016	2015
2015	-	3.383.564,60
2016	<b>5.685.868,72</b>	3.235.470,63
2017	<b>3.729.433,61</b>	1.728.250,17
2018	<b>2.501.140,48</b>	1.495.567,08
2019	<b>2.270.655,16</b>	1.370.876,48
2020	<b>1.528.474,54</b>	-
Acima de 5 anos	<b>4.214,51</b>	50.766,64
<b>Total</b>	<b><u>15.719.787,02</u></b>	<b><u>11.264.495,60</u></b>

O valor presente dos créditos tributários, calculados em cada empresa considerando a taxa média de captação (Banco) e taxa média de inflação (Administradora), montam R\$ 4.542.635,88 (R\$ 3.024.607,87 em 2015 à taxa de 13,65% a.a.) e R\$ 8.531.987,83 (R\$ 6.285.364,14 em 2015 à taxa de 5,50% a.a.), com uma taxa média de 14,15% e 5,5% a.a, respectivamente, com base nas projeções definidas pelo Banco e Administradora.

## 19 Receitas de prestação de serviços - Randon Administradora de Consórcios

Refere-se, basicamente, a taxa de administração cobrada dos grupos de consórcio.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 13,25% (12,65% em 30 de junho de 2015) sobre o valor da referida contribuição.

## 20 Outras despesas administrativas

	2016	2015
Comissões sobre vendas	<b>20.170.248,01</b>	17.463.471,39
Serviços de terceiros	<b>2.870.072,01</b>	2.461.156,56
Perdas com empréstimos a grupos	<b>1.790.572,52</b>	820.473,02
Despesas com promoções	<b>1.546.013,44</b>	2.426.578,38
Despesas de propaganda e publicidade	<b>900.163,11</b>	1.006.155,28
Manutenção e conservação de bens	<b>782.297,73</b>	906.111,70
Despesas de processamento de dados	<b>691.100,39</b>	699.899,67
Despesas de serviços técnicos especializados	<b>577.607,47</b>	682.897,66
Despesas de viagem no país	<b>499.698,98</b>	671.554,69
Despesas de comunicação	<b>370.181,25</b>	358.573,58
Outras despesas administrativas	<b>3.012.111,15</b>	2.861.853,26
<b>Total</b>	<b><u>33.210.066,06</u></b>	<b><u>30.358.725,19</u></b>

## 21 Outras receitas e despesas operacionais

As contas de outras despesas e receitas operacionais possuem a seguinte composição:

	2016	2015
Receita de equalização de taxa BNDES PSI2012/09	<b>60.381,28</b>	65.819,43
Taxa de manutenção de consorciados não localizados	<b>470.697,18</b>	429.761,13
Outras receitas operacionais	<b>225.166,60</b>	13.212,33
Reversão de provisões operacionais	<b>284.127,45</b>	91.141,82
Multas e juros recebidos	<b>946.529,89</b>	627.058,63
Variações monetárias ativas	<b>418.832,91</b>	368.447,60
<b>Total de outras receitas operacionais</b>	<b><u>2.405.735,31</u></b>	<b><u>1.595.440,94</u></b>
Despesas com processos judiciais	<b>(4.126,91)</b>	(20.181,85)
Despesas provisões operacionais	<b>(4.053.670,22)</b>	(1.367.875,53)
Outras despesas eventuais	<b>(210.338,38)</b>	(45.914,83)
Despesa com multa e juros	<b>(311,99)</b>	(458,10)
<b>Total de outras despesas operacionais</b>	<b><u>(4.268.447,50)</u></b>	<b><u>(1.434.430,31)</u></b>

## 22 Transações com partes relacionadas

### a. Transações e saldos

	2016		2015	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
<b>Randon S.A. Implementos e Participações</b>				
Depósitos a prazo	<b>(17.687.834,36)</b>	<b>(387.542,17)</b>	(14.953.188,77)	(868.362,79)
Dívida subordinada (Nota 14)	<b>(80.606.007,60)</b>	<b>(5.075.722,80)</b>	(70.651.546,80)	(3.945.725,40)
Despesas administrativas	-	<b>(2.300.650,39)</b>	-	(2.131.569,87)
<b>Empresas do Grupo Randon</b>				
Bônus por financiamento (Resultado de exercícios futuros) (*) (Nota 16)	<b>(891.030,96)</b>	-	(885.840,44)	-
Receita de bônus por financiamento	-	<b>6.396.257,98</b>	-	5.655.025,41
Depósitos a prazo	<b>(3.781.605,76)</b>	<b>(82.381,58)</b>	-	-
Outros Créditos	<b>526.994,40</b>	-	677.560,89	-
Despesas administrativas	-	<b>(94.334,69)</b>	-	(70.497,07)
<b>Total</b>	<b><u>(102.439.484,28)</u></b>	<b><u>(1.544.373,65)</u></b>	<b><u>(85.813.015,12)</u></b>	<b><u>(1.361.129,72)</u></b>

(\*) Refere-se a equalização de taxa pago pelas empresas do Grupo Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor, Compror (*Floor Plan*), CDC e Finame.

As operações com partes relacionadas não foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos.

Os grupos de consórcio possuem adiantamentos a fornecedores em aberto com a Randon S.A. Implementos e Participações (controladora), mencionados nas notas explicativas nº. 8d e 14d, no montante de R\$ 3.406.364,72 (R\$ 443.428,45 em 2015). A Randon S.A. Implementos e Participações (controladora) possui investimentos em cotas de grupos de consórcios mantidos pela Administradora, no montante de R\$ 19.868.399,89 (R\$ 15.756.614,88 em 2015).

**b. Remuneração do pessoal-chave da Administração**

A remuneração do pessoal chave da Administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2016 foi de R\$ 1.021.013,58 (R\$ 1.060.088,14 em 2015), referente à benefícios de curto prazo, e R\$ 14.874,66 (R\$ 14.084,95 em 2015), referente a benefícios de longo prazo.

O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

A Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

**23 Instrumentos financeiros derivativos**

Em 30 de junho de 2016 e 2015 o Banco e a Administradora não possuem operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

**24 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários**

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadoras do RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O Plano de pensão RANDONPREV é avaliado anualmente afim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. A última avaliação atuarial foi concluída em 31 de dezembro de 2015 e foi realizada por atuários independentes. As contribuições efetuadas no período montaram R\$ 173.939,78 (R\$ 158.100,73 em 2015).

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2015 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do período foi determinada com base nos cálculos do atuário independente utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

O Banco e a Administradora oferecem plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições sejam feitas a fundos separados dos fundos próprios da Instituição.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2016 não houveram mudanças significativas no plano. No número de participantes e nas premissas que compõem a base atuarial em relação àquelas utilizadas em 31 de dezembro de 2015.

## **25 Limites operacionais**

### **Acordo da Basileia**

As instituições financeiras são obrigadas a manter permanentemente capital (patrimônio de referência), compatível com os riscos de suas atividades.

Atualmente no Brasil o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência corresponde a 9,875% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), decaindo gradualmente até 8% em 2019. Em contrapartida, a partir do primeiro trimestre de 2016 as normas do BACEN estabelecem um Adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das parcelas ACPConservação, ACPContracíclico e ACPSistêmico que, em conjunto com as exigências mencionadas no parágrafo anterior, aumentam as exigências de capital ao longo do tempo.

O índice de Basileia do Conglomerado Prudencial para 30 de junho de 2016 é de 31,92% apurado conforme Circular nº. 3.678/13 do BACEN. (29,79% em 30 de junho de 2015).

## **26 Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital**

A área de riscos do Banco em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012, destacam os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos Operacionais, de Mercado, de Crédito, de Capital e de Liquidez utilizadas pelo Banco. As descrições completas destas estruturas encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico [www.bancorandon.com.br](http://www.bancorandon.com.br).

### **Risco de crédito**

O risco de crédito conforme Resolução CMN nº 3.721/2009, corresponde à possibilidade de perdas financeiras pelo Banco decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Banco adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis.

### **Risco de mercado**

Risco de mercado conforme Resolução CMN nº 3.464/2007 tem como objetivo apurar valor relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, sendo o seu valor reservado no patrimônio de referência. As exposições de risco de mercado do Banco, são controladas e administradas através da gestão dos descasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros.

### **Risco operacional**

A Resolução CMN nº 3.380/2006 dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional das instituições financeiras. O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Com a finalidade de gerir e mitigar o risco operacional, a área de riscos do Banco mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no mapeamento dos eventos de perda, além de mensurar os impactos de perda operacional.

### **Risco de liquidez**

A Resolução CMN nº 4.090/2012 dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez, que é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. A área de tesouraria diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da Instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

### **Gerenciamento do capital**

O gerenciamento de Capital conforme Resolução CMN nº 3.988/2011 compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

\* \* \*

### **Conselho de Administração**

Presidente: Alexandre Randon  
Vice-Presidente: Astor Milton Schmitt  
Conselheiro: Erino Tonon

### **Diretoria**

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini  
Diretor Administrativo: Jaime Marchet  
Diretor Comercial: Geraldo Santa Catharina

### **Contadora**

Renata Elisa Zini Gil  
CRC/RS-073143/O-1